

HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DOS CAETÉS (CNPJ 23.453.830/0023-85)

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 em reais (R\$)

ATIVO	NOTA	2021
CIRCULANTE		3.850.864
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.128.329
Contas a receber		-
Estoques	5	684.578
Adiantamento a funcionário		-
Adiantamento a fornecedor		37.957
TOTAL DO ATIVO		3.850.864
	NOTA	2021
PASSIVO		3.173.997
CIRCULANTE		3.173.997
Fornecedores	7	1.878.553
Obrigações trabalhistas	8	934.950
Obrigações sociais	9	136.549
Obrigações fiscais		93.045
Outras contas a pagar		29.689
Partes relacionadas	6	101.211
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	676.867
Patrimônio social		1.011.119
Déficit acumulado		(334.252)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.850.864

Demonstração do Déficit do período de 20 de abril a 31 de dezembro de 2021 em reais (R\$)

	NOTA	Período de 20/04 a 31/12/2021
RECEITAS OPER.		21.683.752
Serviços prestados pacientes SUS		21.683.752
CUSTOS		(18.877.536)
Pessoal e encargos		(4.032.145)
Serviços de terceiros		(11.622.401)
Materiais e medicam.		(3.222.990)
DESPESAS		(3.192.568)
Pessoal e encargos		(1.008.036)
Desp. gerais e admin.	11	(2.167.857)
Imp., taxas e contrib.		(6.137)
Outras receitas e despesas operacionais		(10.538)
FINANCEIRAS, LIQ.		52.100
Receitas financeiras		71.447
Despesas financeiras		(19.347)
DEFICIT DO PERÍODO		(334.252)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do período de 20 de abril a 31 de dezembro de 2021 em reais (R\$)

Descrição	Patrimônio Social	Déficit acum.	Total
Início das ativid. em 20/04/21			
Incorporação ao patrim. (nota 10)	1.011.119	-	1.011.119
Déficit do exercício	-	(334.252)	(334.252)
Em 31/12/21	1.011.119	(334.252)	676.867

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto do período de 20 de abril a 31 de dezembro de 2021 em reais (R\$)

	NOTA	Período de 20/04 a 31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do período		(334.252)
Ajustes para conciliar o resul.		
Depreciação/amortizações		-
Déficit ajustado		(334.252)
Variações no circulante das contas de ativo e passivo		3.361.370
(Aumento) de outros créditos		(37.957)
(Aumento) de estoques		326.541
Aumento de fornecedores		1.878.553
Aumento de obrig.trabalhistas		934.950
Aumento de obrigações sociais		136.549
Aumento obrigações tributárias		93.045
Aumento de outras obrigações		29.689
Caixa líq. prov. das ativ. oper.		3.027.118
Atividades de financiamentos		101.211
Transações com partes relac.		101.211
Aum. no caixa e eq. de caixa		3.128.329
Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		
Saldo existente no início do período		-
Saldo exist. no final do período		3.128.329
Aum. no caixa e eq. de caixa		3.128.329

Notas Explicativas às demonstrações contábeis do período de 20 de abril a 31 de dezembro de 2021 em reais (R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: a) **Objetivos Sociais** O Hospital Regional Público dos Caetés (HRPC) está localizado na Avenida Barão de Capanema, nº 3191, Bairro - Centro, Capanema/PA, CEP: 68700-000, e faz parte da rede pública do estado do Pará. Todo atendimento é voltado ao SUS, com a pactuação de indicadores de qualidade e resultados, em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita, exclusiva, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. b) **Contrato de Gestão** Considerando o Contrato Emergencial de Gestão nº 003/SESPA/2021 celebrado entre o Instituto Nacional de Saúde de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH e a Secretaria de Estado de Saúde do Pará - SESPAPA para o Gerenciamento, Operacionalização, Execução de Atividades e Serviços de Saúde a serem de-

senvolvida no Hospital Regional Público dos Caetés, firmado em 19 de abril de 2021 e vigente até 15 de abril de 2022. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica.

É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Ambito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde no qual se encontra pendente de julgamento. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009.

2. APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

2.1. Declaração de conformidade As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 15 de março de 2022.

2.2. Base de mensuração e apresentação As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

2.3. Moeda funcional e de apresentação Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis** a) **Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. A Administração não reconheceu os ativos já existentes na unidade, uma vez que não foram recebidos, por parte do Ente Público, documentos e controles auxiliares capazes subsidiar o reconhecimento e controle destes ativos pela atual gestão do INDSH. As aquisições de imobilizado com as verbas previstas no contrato de gestão serão normalmente reconhecidas, quando ocorrerem. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Ajuste do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública.

i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações contábeis de 2021 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. IMPACTOS DA COVID-19 NAS OPERAÇÕES: A Administração da Entidade continua adotando medidas que julga necessárias para mitigar e/ou minimizar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) Medidas de preservação de caixa, através de redução de custos possíveis dentro da estrutura atual e do adequado cumprimento do convênio com a SESPAPA, de forma que tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações enquanto houver restrições econômicas, sociais e riscos de entrega de insumos e fornecimento derivadas da pandemia; (ii) manutenção da estrutura de home office para parte de seus colaboradores enquanto for necessário, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades governamentais. A Administração analisa suas perspectivas sobre os efeitos econômicos da disseminação do COVID-19 no País, considerando que apesar de não ter sido eleito pela SESPAPA como referência para atendimento à COVID-19, as operações do Hospital ainda podem ser impactadas, em 2022, por eventual nova fase de restrições impostas pelas autoridades governamentais ou pela necessidade de aumento de carga horária de atendimento ou obtenção de novas fontes de recursos para viabilizar possíveis atendimentos de urgência. Apesar dos possíveis impactos, a Administração julga que o relacionamento com o Ente Público favorece o recebimento de recursos e estrutura em tempo para eventuais solicitações de atendimento de urgência, portanto, optou por não realizar provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	2021
Caixas	1.200
Banco conta movimento	104.536
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.022.593
	3.128.329

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. ESTOQUES:

	2021
Drogas e Medicamentos	313.015
Dietsas Enterais e Parenterais	3.946
Fios Cirúrgicos	28.549
Materiais de uso do paciente	250.981
Produtos de Limpeza	18.955
Materiais de Laboratório	330
Demais materiais	68.802
	684.578

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas. **6. PARTES RELACIONADAS:** O saldo a pagar no passivo circulante de R\$ 101.211, corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão. **7. FORNECEDORES:**

	2021
Materiais e medicamentos	167.113
Serviços	361.037
Serviços médicos	1.281.497
Diversos	68.906
	1.878.553

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS:

	2021
Obrigações trabalhistas	456.900
Provisão férias	442.640
Provisões FGTS s/férias	35.410
	934.950

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS:

	2021
INSS a recolher	39.870
FGTS a recolher	54.919
IRRF s/ folha a recolher	41.520
Contribuição Sindical a recolher	240
Total	136.549

10. PATRIMÔNIO SOCIAL: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nos congressos, bem como na administração da sede da Entidade. O Contrato de Gestão teve seu início em 20 de abril de 2021, sendo integrado ao patrimônio social o montante de R\$ 1.011.119 relativo aos estoques existentes naquela data. A abertura do CNPJ, para gestão do INDSH, ocorreu em 04/06/2021, sendo os custos com folha de pagamento arcado pelo Instituto até a data de conclusão do cadastro de pessoa

Continua...